

**Enders, Armelle (1997) *História da África Lusófona*, Lisboa: Editorial Inquérito, 135 pp.**

**“História da África Lusófona” — uma abordagem ao passado dos territórios africanos de língua oficial portuguesa.**

João Rocha Nunes\*

Pretende-se, com esta recensão, analisar um livro de Armelle Enders que tem por título “História da África Lusófona”. Trata-se de uma obra dada à estampa em 1994, sendo que a edição portuguesa data de 1997. Este estudo não tem tido a devida atenção, quer por parte da comunidade científica, quer pelos leitores em geral<sup>1</sup>. Justifica-se tal facto? Ou pelo contrário trata-se de um título que merece outro tipo de projecção?

No que respeita à estrutura do livro, verifica-se que está dividida em cinco capítulos, ordenados de forma diacrónica, a saber: *Capítulo Primeiro: De um mundo novo a outro*; *Capítulo Segundo: A África no império português — séculos XVI-XVIII*; *Capítulo Terceiro: A construção do “Terceiro Império” (1822-1926)*; *Capítulo Quarto: A África na Ditadura (1926-1974)*; *Capítulo Cinco: Histórias Separadas*.

O primeiro capítulo, como seria de esperar, principia precisamente pela crise de 1383-85 e a afirmação da dinastia de Avis (período fulcral para a compreensão da emergência de Portugal enquanto potência marítima). O texto prossegue com a conquista de Ceuta e as vicissitudes da expansão portuguesa no decurso do século XV, centrando-se sobretudo nas políticas régias e nas viagens marítimas.

O “Capítulo Segundo” divide-se em duas partes. Primeiramente, ocupa-se da política africana no reinado de D. João III e do desastre de Alcácer-Quibir. Numa segunda parte, foca as relações dos portugueses com alguns potentados da África subsaariana, designadamente os reinos do Congo, Dongo e Monomatapa. Termina com uma menção às trocas comerciais, dando particular ênfase ao tráfico negreiro e à tentativa de revigoração do mercado de matérias-primas em meados do século XVIII.

A realidade colonial no período da Monarquia Constitucional dá o mote ao terceiro capítulo, no qual se sublinham as dificuldades de Portugal em exercer a autoridade nos territórios africanos no decurso da centúria de Oitocentos. Com efeito, parcelas destes territórios eram governadas por mercadores, sobretudo ligados ao tráfico de escravos. Curiosa a descrição de um destes indivíduos, Francisco Félix de Sousa, particularmente no que tange à forma de vestir e ao seu séquito. A questão da escravatura acaba por ser, igualmente, focada no contexto das pressões interna-

\* Mestre em História Moderna. Docente da Escola Superior de Educação de Viseu. E-mail: jnunes@esev.ipv.pt

<sup>1</sup> Não abundam as citações a esta obra em artigos científicos. Por outro lado, à excepção de uma reedição em 2008, desconhece-se a existência de outras edições do livro.

cionais para a sua abolição. São também feitas referências à economia colonial do século XIX, mormente à cana-de-açúcar, tinturaria e café. O cerne do capítulo passa, contudo, pelas questões coloniais que na segunda parte do século XIX opuseram Portugal a diversos estados europeus, em particular à Inglaterra e que determinaram a geografia de parte considerável do continente Africano.

O capítulo quarto remete, fundamentalmente, para o período do Estado Novo, sobretudo para o Portugal colonial da época salazarista. Enders releva, todavia, a afirmação de movimentos nacionalistas no pós-Segunda Guerra Mundial e a Guerra Colonial. O 25 de Abril e a descolonização encerram o capítulo.

O capítulo quinto é designado de “Histórias separadas”. Aqui faz-se referência às vicissitudes políticas dos diversos estados africanos no período pós-independência, nomeadamente às guerras civis que assolaram Angola e Moçambique nas décadas de 70 a 90 do século XX.

Como se verifica, Armelle Enders realizou um estudo centrado no plano institucional/político da África lusófona dos últimos cinco séculos. Pese embora este seja o pano de fundo, as referências às realidades económicas e sociais são também frequentes no texto, nomeadamente à economia dos territórios africanos (as formas de exploração da terra/as matérias-primas; o comércio/tráfico negreiro). A clareza do discurso, a forma como construiu a narrativa valorizando aspectos históricos relevantes possibilitam ao leitor, menos familiarizado com a matéria, entrever instituições, formas de ocupação e o ordenamento de territórios com ligações profundas a Portugal no tempo longo. Em suma, trata-se de uma obra particularmente útil ao leitor que almejar conhecer, nos seus aspectos mais genéricos, a história económica e sobretudo institucional e política dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Todavia, se a autora, na narrativa histórica, valoriza o plano institucional/político, ao invés negligencia os vectores culturais da história da África lusófona. Com efeito, as referências culturais são parcas. A prática religiosa não merece particular atenção, a despeito de alusões pontuais, como por exemplo à missionação, ao “Tchiloli” de S. Tomé e à conversão dos reis do Congo. Acresce que optou por não fazer qualquer menção à arte, quer religiosa, quer laica. Ora, a dimensão cultural é fundamental para uma melhor compreensão da realidade histórica. De assinalar, a título de exemplo, os estudos de Wolfgang Reinhard (1982: 13-37) e Heinz Schilling (1992: 205-245), que ao sublinharem o papel desempenhado pelas confissões religiosas no processo de disciplinamento social na Época Moderna, destacaram a importância dos contextos culturais no processo de conformação de identidades sociais e políticas. A historiografia alemã contribuiu, assim, para problematizar a questão das identidades. Estas não podem apenas ser consideradas como decorrentes da afirmação dos Estados-Nação no século XIX (Palomo, 2006: 10-14).

Nesta obra não se evidencia, igualmente, qualquer desígnio da autora em questionar a realidade histórica, problematizando-a. Enders limita-se à narração de um conjunto de factos e acontecimentos. É possível que o tenha feito de forma deliberada; um texto meramente descritivo, pela sua própria natureza, é mais acessível aos leitores. De assinalar, que a obra é sobretudo dirigida ao público em geral.

Importa, ainda, referir que a perspectiva de análise é europeia. Esta perspectiva torna-se particularmente visível quando Armelle Enders aborda o passado dos territórios africanos na Época Moderna. Nos três primeiros capítulos, a história destes espaços geográficos confunde-se com o périplo da expansão portuguesa. Por outras palavras, a análise centra-se, maioritariamente, nas relações entre Portugal e África. E nesta questão perfilha o que os historiadores portugueses têm dito sobre o assunto (Bethencourt & Chauduri, 1998). Não se pense, contudo, que esta visão decorre da circunstância de a historiadora ser europeia. Infelizmente hoje, tal como em 1994 (ano da 1ª edição do livro, recorde-se), não abundam estudos de monta sobre história africana noutras perspectivas que não a europeia. Nota-se, todavia, para o Período Contemporâneo (época em que as fontes são mais prolixas) um esforço em perscrutar a realidade histórica, perspectivando-a a partir do continente africano que não apenas nas relações de países europeus com África. Testemunham-no as referências aos movimentos nacionalistas ou aos meandros da política africana no pós-1975. E esta é, sem dúvida, uma mais-valia da obra. Consequentemente este livro mereceria outro tipo de atenção.

Por fim, refira-se, que Armelle Enders não acredita na lusofonia. Para ela a utilização do conceito não “tem qualquer sentido”, afirmando que apenas uma ínfima minoria de africanos que estiveram sujeitos à administração colonial se expressa na actualidade em língua portuguesa. Considera, ainda, que África lusófona “é uma maneira cómoda de designar os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (p.7). Quer isto dizer que a historiadora francesa vincula o conceito a uma questão meramente linguística. Hoje, tal como em 1994, a lusofonia ainda é vista com desconfiança por sectores intelectuais. Por outro lado, há quem a associe a uma certa nostalgia do tipo imperial. Não é propósito desta recensão entrar nesta problemática, o que extravasaria o seu próprio sentido. Não obstante, e tal como refere Moisés de Lemos Martins (2006: 79), a lusofonia “transcende largamente a questão linguística”. Ou seja, deve ser entendida como imaginário plural, agregador das identidades de diversos países que partilham um património comum (Martins, 2006).

### Referências Bibliográficas

- Bethencourt, F. & Chauduri, K. (1998) *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Enders, A. (1997) *História da África Lusófona*, Lisboa: Editorial Inquérito.
- Martins, M. L. (2006) ‘A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico’ in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2006) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 79-87.
- Palomo, F. (2006) *A Contra Reforma em Portugal (1540-1700)*, Lisboa: Livros do Horizonte.
- Reinhard, W. (1982) ‘Confessionalizzazione forzata? Prolegomeni ad una teoria dell’età confessionale’, *Annali dell’Istituto storico italo-germanico in Trento*, 8.
- Schilling, H. (1992) ‘Confessionalization in the Empire: Religious and Societal Change in Germany’ in *Essays in German and Dutch History*, E. j. Brill, Leiden - Nova Iorque, pp. 205-245.